

10 ABR 1991

Governo revê limite de pagamento

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — Para acertar o pagamento de US\$ 2 bilhões dos juros atrasados da dívida externa, até o final deste ano, o governo fez uma reestimativa completa da capacidade de pagamento do setor público — o critério básico no qual procurou ancorar as negociações — e praticamente dobrou a fatia do bolo que originalmente deveria caber aos bancos privados. No final do ano passado, quando levou aos credores uma ousada proposta de refinanciamento da dívida, o governo sustentava que não poderia pagar mais do que US\$ 1,1 bilhão aos bancos privados neste ano. Para garantir o pagamento da nova quantia, o governo deverá se valer das emissões de moeda feitas pelo Banco Central, segundo admitiu ontem o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir.

Kandir sustenta que, na verdade, houve um aumento da capacidade de pagamento do governo de cerca de US\$ 4 bilhões, a partir do Plano Collor II. Com o declínio da inflação, aumentou a ten-

**Kandir: pagamento dobrado**

dência das pessoas e das empresas de carregarem dinheiro ou mantenham recursos em depósitos à vista — tanto que a programação monetária estabelecida pelo governo no mês passado prevê uma expansão de 95% nas emissões até o final deste ano. A estimativa do Plano Collor I previa uma emissão de apenas 9,4%. Essa capacidade de emitir moeda através do Banco Central, que é exclusiva do governo, é conhecida no jargão dos economistas como *senhoriagem* e constitui um dos fatores que determina a capacidade de pagamento.

Os outros itens são o superávit das contas públicas, os financiamentos externos e o resultado financeiro da aplicação das reservas de divisas no exterior. Outros fatores, como o *tarifaço* aplicado junto com o Plano Collor II, também contribuíram para melhorar a capacidade do setor público de pagar suas dívidas, mas o principal deles, segundo Kandir, foi mesmo a previsão de maior emissão de moeda. “Nos nossos cálculos, a *senhoriagem* vai nos pro-

porcionar este ano cerca de 1,4% do PIB (Produto Interno Bruto). Em relação à estimativa anterior, de 0,5% do PIB, haverá um ganho de aproximadamente US\$ 4 bilhões”, afirma Kandir.

A capacidade de pagamento do setor público, um conceito desenvolvido pelo próprio Kandir, não se refere apenas à quitação de compromissos junto aos credores externos, mas vale para todas as dívidas do governo. Se o governo resolve pagar mais a um grupo de credores, deve diminuir a fatia reservada aos demais. Em outubro do ano passado, um grupo de economistas dos bancos credores esteve no Brasil para checar os números apresentados pelo governo. Chefiados por Lawrence Bernstein, do Bankers Trust, os economistas não se conformaram com o US\$ 1,1 bilhão reservado aos bancos pelo governo brasileiro. A partir daí, começaram as pressões para que o governo aumentasse a quantia a ser paga aos credores externos, o que acabou ocorrendo.